



37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37060
08/10/2012

Sumário Executivo Tupirama/TO

Introdução

Trata o presente Relatório dos resultados dos exames realizados sobre 12 Ações de Governo, integrantes dos Programas fiscalizados, executadas no município de Tupirama - TO em decorrência da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 22/10/2012 a 26/10/2012.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações Socioeconômicas	
População:	1574
Índice de Pobreza:	33,23
PIB per Capita:	R\$ 17478.41
Eleitores:	1109
Área:	712 km²

Fonte: Sítio do IBGE.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, as técnicas de inspeções físicas e registros fotográficos, análises documentais, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Cabe esclarecer que as situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com a competência de monitoramento a ser realizado pela Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, o capítulo um, destinado especialmente aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, gestores federais dos programas de execução descentralizada, contempla, em princípio, constatações de campo que apresentam as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

O capítulo dois é composto por situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizada dos Programas de Governo Federais, cuja competência primária para adoção de medidas corretivas pertence ao gestor municipal. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

O quadro a seguir demonstra, no âmbito dos Programas verificados, a quantidade de Ações de Governo fiscalizadas:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social	1	Não se aplica.
Totalização CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO		1	Não se aplica.
MINISTERIO DA EDUCACAO	Brasil Escolarizado	3	R\$ 59.417,26
	EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Não se aplica.
Totalização MINISTERIO DA EDUCACAO		4	R\$ 59.417,26
MINISTERIO DA SAUDE	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	2	R\$ 312.290,31
	Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros	1	R\$ 194.309,00
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	1	R\$ 194.390,00
Totalização MINISTERIO DA SAUDE		4	R\$ 700.989,31
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	BOLSA FAMÍLIA	1	R\$ 239.024,00
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2	R\$ 94.500,00
Totalização MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME		3	R\$ 333.524,00
Totalização da Fiscalização		12	R\$ 1.093.930,57

Esclarecemos que os executores dos recursos federais no âmbito municipal foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 04/12/2012, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Análise de Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização realizados no Município de Tupirama/TO, no âmbito do 037º Sorteio de Municípios, foram constatadas diversas falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, sendo demonstradas, por Ministério e Programa de Governo, na segunda parte deste Relatório. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local.

- Na execução do Programa de Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (PNATE) foram identificadas despesas incompatíveis com o objetivo do programa.
- Em relação às ações referentes ao Programa de Saúde da Família (PSF), verificou-se o descumprimento, por parte do profissional Médico, de carga horária semanal prevista para atendimento no PSF.
- Constatou-se também a sobreposição de contratações do profissional Odontólogo do PSF.
- Ainda quanto às ações do PSF, identificou-se a ocorrência de Simulação/Montagem de Processo Licitatório para aquisição de medicamentos.
- Quanto ao Programa Bolsa Família, identificou-se a existência de beneficiários com evidências de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa. Também se constatou a existência de servidores municipais beneficiários com renda per capita superior à estabelecida na legislação do programa, assim como aposentado/pensionista do INSS integrando família beneficiária do Programa Bolsa Família com indícios de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.
- Constatou-se também, ainda em referência ao Programa Bolsa Família, a existência de beneficiários vinculados à iniciativa privada, com indícios de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

2. Vale ressaltar que, apesar desta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.



37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37060
08/10/2012

Capítulo Um Tupirama/TO

Introdução

Neste capítulo estão apresentadas as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for o caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e por Programas de Governo.

1. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 30/09/2012:

* Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ação Fiscalizada	
Ação: 1.1.1. 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica Objetivo da Ação: Garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino básico público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215489	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 34.477,26
Objeto da Fiscalização: Atuação da Entidade Executora - EEx Prefeituras atendidas através de repasse de recursos do PNATE, com vistas a atender os alunos do Ensino Básico público, residentes em área Rural, constantes do Censo Escolar de 2011.	

1.1.1.1. Constatação:

Despesas realizadas incompatíveis com o objetivo do programa.

Fato:

Segundo as diretrizes para execução do Programa Nacional de Transporte do Escolar – PNATE, os recursos repassados destinam-se a pagamentos de despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras e serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo para o transporte de alunos da educação básica pública, residentes em área rural.

Pela análise das despesas e dos respectivos pagamentos efetuados pela Prefeitura de Tupirama, no âmbito do PNATE, foi constatado o pagamento irregular de 2.902 litros de gasolina, uma vez que o ônibus e os demais 03 micro-ônibus do município são abastecidos por óleo diesel, o que comprova que o combustível pago com recurso do PNATE teve utilização diversa. Desta feita, considerando o valor de R\$ 2,90 por litro de combustível, o valor a ser ressarcido é de R\$ 8.418,55.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama afirmou que: "É mister informar que durante a realização da fiscalização esqueceu-se de informar que o Município dispõe de transporte aquático para promoção e condução de alunos que estudam no município vizinho, qual seja, Pedro Afonso/TO. Certa feita, existe um barco (canoa de alumínio) e um motor de popa, tradicionalmente conhecido como "voadeira", o qual faz a travessia no rio Tocantins, no período matutino, vespertino e noturno. Frisa-se que este tipo de transporte utiliza combustível do tipo gasolina, com gasto mensal 320 (trezentos e vinte) litros. Ainda, justifica-se que em 2011, na rota 01, era utilizado veículo denominado Volks Comb, que trafegou nos meses de abril e maio, com gasto mediano de 40 (quarenta) litros de gasolina.

Análise do Controle Interno:

Em relação à fiscalização de recursos do PNATE, em momento algum a Prefeitura Municipal de

Tupirama informou haver transporte aquático de estudantes. Além disso, não foram encaminhados a esta Controladoria quaisquer documentos que comprovem o referido transporte, nem mesmo da utilização de veículo Volks Comb para transporte de estudantes no exercício de 2011.

2. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/09/2010 a 30/09/2012:

- * GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL
- * PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
- * PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL Objetivo da Ação: Cabe ao Conselho Municipal de Saúde atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social. Para recebimento de recursos federais na área da saúde, os Municípios devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto nº 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216160	Período de Exame: 30/09/2010 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 194.390,00
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).	

2.1.1.1. Constatação:

Os recursos federais transferidos para a conta corrente do Fundo Municipal de Saúde não são movimentados exclusivamente naquela conta corrente.

Fato:

Na análise dos comprovantes de despesas e extratos bancários da conta-corrente específica do Bloco de Atenção Básica em Saúde de Tupirama, Conta nº 17.699-0 da Agência nº 1595-4 do Banco do Brasil, relativos ao período de janeiro/2012 a setembro/2012, foi verificado que R\$ 45.811,05 dos R\$ 194.390,00 recebidos pelo município do Fundo Nacional de Saúde, correspondente a 24% daquele montante, foram movimentados indevidamente para outras contas do município. Neste sentido, R\$ 37.368,54 foram transferidos para a Conta nº 570.000-0 da Agência nº 851 do Banco Bradesco S.A.(conta FOGAG), R\$ 8.414,17 foram transferidos para a conta nº 18.315-6 da Agência nº 1595-4 do Banco do Brasil (Conta FUS), e R\$ 28,34 foram transferidos para a conta nº 570.212-7 da Agência nº 851 do Banco Bradesco S.A.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com Portaria MS/GM nº 204/07, que prevê que os recursos federais que compõem cada bloco de financiamento da saúde serão transferidos aos municípios, fundo a fundo, em conta corrente única e específica, bem como em desacordo com o Decreto nº 7.507/2011, que prevê que os recursos serão depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras oficiais federais e que a movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Justifica-se que a conta bancária do Fundo Municipal de Saúde fora gerada, qual seja, nº 18.315-6, Ag. 1595-4, Banco do Brasil, Pedro Afonso/TO, porém, quanto ao repasse dos recursos, estes ainda são repassados para a conta sob nº 8326-7, Ag. 1595-4, Banco do Brasil, Pedro Afonso/TO, conta esta anterior a abertura da que realmente deveria ser promovido aludido repasse. Desta feita, tal equívoco está sendo remediado."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor não esclarece nem justifica a existência do fato apresentado, uma vez que não se relaciona diretamente à conta-corrente específica do Bloco de Atenção Básica em Saúde de Tupirama supracitada, na qual os recursos devem ser movimentados. Assim, mantém-se a constatação.

2.1.1.2. Constatação:

O Fundo Municipal de Saúde não é gerido exclusivamente pela Secretária Municipal de Saúde.

Fato:

Foi verificado que os recursos das contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde de Tupirama são movimentados pela Secretária Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal da Fazenda. Apesar de a situação estar prevista na Lei Municipal nº 97/2011 de 11/4/2011, que regulamenta o Fundo Municipal de Saúde, esta Lei Municipal está em desacordo com as determinações da Lei Federal nº 8.080/90, que determina que os recursos do Fundo Municipal de Saúde devem ser movimentados exclusivamente pela Secretária Municipal de Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"No presente caso, verifica-se que o Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com a norma que a rege, é gerido pelo representante da pasta da Secretaria Municipal de Saúde, ao tempo em que os órgãos financeiros, em âmbito federal, aduzem que esta gestão recai ao Prefeito Municipal. Certa feita, num ato de delegação por este chefe do executivo, as atividades são repassadas a atual Secretária Municipal de Fazenda."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado. Neste sentido, a delegação de competência para a Secretária Municipal de Fazenda está em desacordo com a Lei Federal nº 8.080/90, e não impede a existência de controles por aquela Secretaria. Assim, mantém-se a constatação.

2.2. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada
Ação: 2.2.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA Objetivo da Ação: Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215841	Período de Exame: 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

2.2.1.1. Constatação:

Descumprimento, por parte do profissional Médico, de carga horária semanal prevista para atendimento no PSF.

Fato:

Foi constatado que o profissional médico CNS nº 980016285820304, da Equipe do PSF Equipe 01 - Cód. CNES 2667673 - Cód. Área 1, não cumpre a carga horária de 40 horas semanais/08 horas diárias nas atividades da Equipe do Programa Saúde da Família. Neste sentido, foi verificado que, de 20/07/2012 a 19/10/2012, não houve atendimento médico nos dias 23/07, 30/07, 06/08, 13/08, 20/08, 24/08, 29/08, 30/08, 03/09, 11/09, 12/09, 13/09, 14/09, 17/09, 18/09, 20/09, 21/09, 25/09, 28/09, 04/10, 08/10, 15/10.

Ainda, foi verificado que o profissional, além do contrato com o município de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 15.000,00, também é servidor da Secretaria Estadual de Saúde com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 8.152,06, lotado no Hospital de Referência de Pedro Afonso/TO, totalizando 80 horas semanais. Neste sentido, o Parecer AGU GQ-148/98 prevê que "tem-se como ilícita a acumulação de cargos ou empregos em razão da qual o servidor ficaria submetido a dois regimes de quarenta horas semanais, considerados isoladamente, pois não há possibilidade fática de harmonização dos horários, de maneira a permitir condições normais de trabalho e de vida do servidor."

Cabe registrar que, apesar de solicitado, a Secretaria Estadual de Saúde - SESAU não informou o horário de trabalho do servidor naquele Hospital, bem como que a SESAU registrou indevidamente no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - que o servidor possui carga horária de somente 10 horas naquele Hospital.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Justifica-se que nos dias 20.07.2012 a 19.10.2012, o profissional em comento participou de Congresso para capacitação e aperfeiçoamento, bem como de promoção de plantões, tudo com amparo para tanto, conforme documentação em anexo. Firma-se que o profissional médico laborou nos dias 11, 21 e 28 do mês de setembro/2012, ao contrário do mencionado no relatório, conforme documentação probante em anexo. Quanto ao fato de acumulação de cargos do profissional, este fora solucionado, e que este vinha realizando suas atividades por equívoco e, não obstante, não mais prestará aludido serviço, em caráter imediato. Ressalta-se que medidas cabíveis a título de reposição de verbas serão tomadas."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa do gestor, uma vez que não foi enviado nenhum dos anexos mencionados, nem esclarecido qual o "amparo" mencionado na manifestação.

Além disso, o Ministério da Saúde exige que o profissional cumpra, no mínimo, 32 horas em atividades da equipe do PSF, podendo as 08 horas restantes ser alocadas para prestação de serviços na rede de urgência do município ou para atividades de especialização em saúde da família, residência multiprofissional e/ou de medicina de família e de comunidade, bem como atividades de educação permanente. No entanto, o município não possui Unidade de Emergência, nem foi comprovada a realização de nenhuma destas atividades de capacitação específicas.

Ação Fiscalizada	
Ação: 2.2.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	
Objetivo da Ação: Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215540	Período de Exame: 01/06/2011 a 30/09/2012

Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 312.290,31
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

2.2.2.1. Constatação:

Controles de estoque de medicamentos deficientes.

Fato:

Em inspeção física realizada na Farmácia Básica situada dentro da Unidade de Saúde de Tupirama, foi verificado que esta não possui controles efetivos sobre o estoque de medicamentos, uma vez que não há controles informatizados de estoque e nem são utilizadas fichas de prateleiras, sendo que os controles são feitos em folhas avulsas que não refletem a realidade. Neste sentido, na análise de uma amostra de 10 medicamentos, foi observado que 06 possuíam quantidades menores do que as registradas, 02 possuíam quantidades maiores que as registradas e somente 02 possuíam quantidades iguais às registradas pela unidade.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com os normativos do Ministério da Saúde e os recentes Acórdãos do TCU, que preveem que os municípios devem aderir ao sistema HÓRUS ou a outro sistema que disponibilize informações compatíveis com as do sistema do MS, a fim de estabelecer a instituição de controles, preferencialmente informatizados, do fluxo dos medicamentos, desde o momento em que são recebidos dos fornecedores até o momento em que são dispensados para a população, bem como estabelecer a boa gestão nas ações relacionadas à assistência farmacêutica básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"A deficiência é latente, vez que, até então, o programa padrão e paradigma para provimento de controle de estoques e medicamentos, não fora adquirido, sendo já procedido ato para sua aquisição."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado. Cabe ressaltar que o sistema Hórus é gratuito e esta disponível aos municípios desde abril/2010. Assim, mantém-se a constatação.

3. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

- * TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
- * SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

3.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
Ação: 3.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) Objetivo da Ação: Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216073	Período de Exame: 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 239.024,00
Objeto da Fiscalização: Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no CadÚnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

3.1.1.1. Constatação:

Beneficiária do Programa Bolsa Família com evidência de recebimento irregular do benefício.

Fato:

Ao ser visitado o endereço da beneficiária de NIS número 209.55587.81-0, integrante da amostra, para confirmação da conformidade do pagamento do benefício do Programa Bolsa Família, verificou-se que a mesma mora sozinha, tendo deixado os filhos sob os cuidados da sua genitora, que é, na verdade, a responsável pelo sustento das crianças. Essa situação, ao serem avaliadas as condições definidas para o direito de recebimento do benefício, afronta o que foi estabelecido no artigo 25, II, do Decreto nº 5.209/2004.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.2. Constatação:

Beneficiários do Programa Bolsa Família com evidências de renda per capita superior à estabelecida

na legislação do Programa.

Fato:

Nas entrevistas realizadas com 30 (trinta) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, inclusas na amostra para verificação da conformidade do pagamento do benefício, verificou-se que as famílias cujos titulares são portadores dos números de NIS abaixo identificados, apresentam características incompatíveis com o perfil do beneficiário do Programa em contraponto ao limite de renda per capita estabelecido no parágrafo 1º, artigo 6º, da Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010:

NIS	Situação	Renda Per Capita	OBS
163.99587.70-1	Funcionária estadual	315,00	Servidora Estadual com salário de R\$630,00
203.49037.72-2	Do lar	522,46	Esposo trabalha na Rodes Engenharia e Transportes LTDA com salário de R\$1.567,40
166.64681.85-5	Do lar	446,28	Esposo trabalha na SANEATINS com salário de R\$1.338,85.
164.93897.13-1	Beneficiária	315,00	Esposo aposentado com rendimentos de R\$630,00

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.3. Constatação:

Ausência de ato formal de criação do Órgão de Controle Social.

Fato:

Com o intuito de comprovar a existência de Órgão de Controle Social do município e avaliar o desempenho do gestor municipal na execução do Programa Bolsa Família, foi realizada reunião com a coordenação desse programa governamental, sendo questionadas, dentre outras informações, o ato legal de instituição da Instância de Controle Social (ICS) do PBF ou a designação de um conselho setorial já existente para exercer as atribuições da ICS. Disponibilizou-se, como resposta à demanda,

o Decreto Municipal nº 05/2010, de 02/20/2010, criando a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família. No entanto, em desobediência ao que dispõe o Decreto nº 5.209, de 17/09/2004, em seu artigo 14, VI, não foi apresentado ato formal chefe do poder executivo local, criando a Instância de Controle Social do PBF, no qual são indicados o conselho ou comitê que exercerá o controle social do programa e os representantes do governo e da sociedade civil e seus respectivos suplentes, respeitando-se a paridade, a representatividade e a intersetorialidade.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.4. Constatação:

Servidores municipais beneficiários com renda per capita superior à estabelecida na legislação do programa.

Fato:

Ao ser verificada a conformidade do pagamento de benefício às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiárias do Programa Bolsa Família, avaliando-se as informações resultantes do cruzamento dos dados da RAIS do último trimestre de 2011, do CadÚnico de junho de 2012, da folha de pagamento PBF de julho 2012, da folha de pagamento de setembro de 2012 da Prefeitura Municipal de Tupirama/TO e da amostra disponibilizada pela Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social da CGU/PR, identificou-se a existência de servidores municipais, num total de 11 (onze), com renda acima de meio salário mínimo, contrariando o parágrafo 1º, artigo 6º, da Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010, cujas informações estão assim caracterizadas:

Servidores Municipais					
Código Familiar	Nº NIS	CADUNICO		Folha Prefeitura	
		Data última atualização	Valor da renda per capita	Valor da renda per capita (RAIS)	Data Admissão
2069539091	164.93897.13-1	20/04/2012	136,00	546,61	02/03/1998
288574370	182.10590.40-0	13/10/2010	0,00	609,06	01/12/2003
1737333791	204.29118.81-8	18/06/2009	93,00	546,61	01/12/2003

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.5. Constatação:

Aposentado/pensionista do INSS integrando família beneficiária do Programa Bolsa Família **com indícios** de renda *per capita* superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

A partir de cruzamento do Cadastro Único com a folha de beneficiários do INSS, foi constatado, conforme planilha seguinte, que aposentado/pensionista do INSS, integrante de família beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), apresenta indícios de renda *per capita* superior à estabelecida na legislação do Programa para a manutenção do benefício, que é de meio salário mínimo, conforme estabelecido no § 1º, art. 6º da Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010:

Beneficiários do INSS					
Código Familiar	Nº NIS	CADUNICO		Folha de Beneficiários do INSS	
		Data última atualização	Per Capita Familiar	Per Capita Familiar	Data Início Benefício
282284800	16097128607	20/10/2011	60,00	311,00	05/11/2009
288573307	16098196967	25/03/2010	0,00	311,00	09/12/2010
2674788283	16486017962 (titular)	09/12/2010	255,00	311,00	09/08/2007

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.6. Constatação:

Beneficiários do Programa Bolsa Família, vinculados à iniciativa privada, **com indícios** de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

A partir de cruzamento do Cadastro Único com a RAIS, foi constatado, conforme planilha seguinte, que beneficiários integrantes do Programa Bolsa Família (PBF), vinculados à iniciativa privada, apresentam indícios de renda *per capita* superior a meio salário mínimo, contrariando parágrafo 1º, artigo 6º, da Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010:

Beneficiários do INSS					
Código Familiar	Nº NIS	CADUNICO		RAIS	
		Data última atualização	Per Capita Familiar	Per Capita Familiar	Data Início Benefício
2283889707	16464876067	07/11/2009	66,66	422,79	07/01/2009
2283889707	20407175371	07/11/2009	66,66	422,79	07/01/2009
2283889707	20407175363	07/11/2009	66,66	422,79	07/01/2009
288574370	18210590400	13/10/2010	0	609,06	28/07/2002
288574370	12656915971	13/10/2010	0	609,06	28/07/2002
288574370	16226520591	13/10/2010	0	609,06	28/07/2002
288574370	16664730031	13/10/2010	0	609,06	28/07/2002

2695708297	19018168079	25/01/2011	127,5	407,64	25/01/2011
2695708297	12501685301	25/01/2011	127,5	407,64	25/01/2011
2695708297	21206786592	25/01/2011	127,5	407,64	25/01/2011
2695708297	16653716636	25/01/2011	127,5	407,64	25/01/2011

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.2. PROGRAMA: 2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ação Fiscalizada
<p>Ação: 3.2.1. 2A60 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</p> <p>Objetivo da Ação: Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.</p>

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216274	Período de Exame: 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 94.500,00
<p>Objeto da Fiscalização: CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional</p>	

dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.

3.2.1.1. Constatação:

CRAS não atende à meta de desenvolvimento do CRAS em relação à dimensão dos recursos humanos.

Fato:

A visita ao CRAS de Tupirama/TO, em 24/10/2012, e o exame da composição da equipe de profissionais existente no CRAS referente à dimensão do grupo Recursos Humanos revelaram que o grupo não atendeu às metas de desenvolvimento, biênio 2010/2011, considerando que foi identificado apenas um técnico de nível médio e um de nível fundamental, quando a proposta para o atendimento às metas seria de 02 (dois) técnicos de nível médio.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação do ente.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.



37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37060
08/10/2012

Capítulo Dois Tupirama/TO

Introdução

Neste capítulo estão as situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizadas dos Programas de Governo Federais, cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **gestor municipal**. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e Programas de Governo.

1. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/12/2011:

- * Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
- * Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
- * CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ação Fiscalizada
Ação: 1.1.1. 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica Objetivo da Ação: Garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino básico público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215489	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 34.477,26
Objeto da Fiscalização: Atuação da Entidade Executora - EEx Prefeituras atendidas através de repasse de recursos do PNATE, com vistas a atender os alunos do Ensino Básico público, residentes em área Rural, constantes do Censo Escolar de 2011.	

1.1.1.1. Constatação:

O Conselho do FUNDEB não atua no acompanhamento da execução do PNATE.

Fato:

Em entrevista com membros do conselho do FUNDEB de Tupirama do Tocantins foi constatado que sua ação se restringiu à realização de reuniões esporádicas, sendo que nas atas respectivas nem foi mencionada a fiscalização do Programa de Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (PNATE). Apesar disso, houve a aprovação da Prestação de Contas do PNATE relativas ao exercício de 2011.

Além disso, o conselho do FUNDEB não possui Regimento Interno, não dispõe de infraestrutura adequada para desenvolver suas atividades, além de que seus membros não foram capacitados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre a constatação em análise.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.1.1.2. Constatação:

Utilização de veículos inadequados para o transporte de alunos.

Fato:

O município de Tupirama/TO utiliza 05 veículos para transporte escolar: 04 micro-ônibus e 01 ônibus, que realizam transporte dos alunos da área rural para escolas da área urbana, sendo 02 locados e 03 de propriedade do município.

Na fiscalização, constatou-se que o micro-ônibus de placa KED 1509, ano 2000, locado, não está conservado, apresentando bancos rasgados e rodela de ferro pontiagudas entre os bancos, o que pode causar acidente entre os alunos. Apenas alguns bancos possuem cinto de segurança, estando jogados na parte traseira dos assentos, inviabilizando sua utilização e colocando em risco a vida dos estudantes que são transportados. Além disso, por dentro, o ônibus está sujo e encardido.

Na semana da fiscalização, o micro-ônibus acima citado (locado) estava em manutenção e sendo substituído pelo de placa KDZ 7711, de propriedade da Prefeitura de Tupirama. Este veículo não está em condições de transportar alunos, já que possui bancos sem encosto, outros com espumas e ferros aparentes. Também está com as lanternas de ré quebradas.

Mister destacar que como o veículo micro-ônibus de placa KED 1509 é locado, enquanto passa por reparos, deve ser substituído pela empresa contratada, que recebe pela execução de tal serviço, e não pela Prefeitura. Importante ainda lembrar a responsabilidade da empresa em substituir veículos quando houver algum imprevisto deve constar no edital licitatório e no contrato assinado.

Seguem fotografias dos micro-ônibus:



Micro-ônibus placa KED 1509



Micro-ônibus placa KED 1509



Micro-ônibus placa KED 1509



Micro-ônibus KDZ 7711



Micro-ônibus KDZ 7711



Micro-ônibus KDZ 7711

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre a constatação em comento.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.1.1.3. Constatação:

Documentação irregular de condutor utilizado para o transporte de alunos.

Fato:

Na fiscalização do PNATE no município de Tupirama do Tocantins, foi constatado que o motorista do micro-ônibus MXA 0822, de propriedade da Prefeitura, CPF ***910.131-**, não possui habilitação para a categoria profissional, “D”, exigida para transporte coletivo de alunos, tendo somente habilitação para as categorias “AB”, o que o impossibilita de ser o motorista do veículo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama informou: "Situação de emergência, em que o motorista habilitado para tanto teve que ser exonerado e enquanto a situação era solucionada, quanto aos efeitos de contrato imediato ou remanejo, outro motorista existente no quadro e habilitado para a substituição fora requisitado para exercício de atividades correlatas pela Justiça Eleitoral, o que se deu no período eleitoral/2012, conforme documentação em anexo."

Análise do Controle Interno:

O Código Nacional de Trânsito é claro ao especificar que condutores de veículos destinados ao transporte escolar devem possuir carteira de habilitação profissional, de modo a assegurar a integridade física dos conduzidos. Desta feita, levando em conta que o motorista oficial do microônibus foi exonerado, a Prefeitura não devia ter cedido à Justiça Eleitoral o outro motorista que o substituiria, já que tinha ciência de sua necessidade para o transporte escolar. Desta forma, mantém-se a constatação.

Ação Fiscalizada	
Ação: 1.1.2. 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	
Objetivo da Ação: Cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215788	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 24.940,00
Objeto da Fiscalização: Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.	

1.1.2.1. Constatação:

Atuação deficiente do Conselho de Alimentação Escolar no acompanhamento da execução do PNAE.

Fato:

Os membros do Conselho de Alimentação Escolar de Tupirama do Tocantins não tem conhecimento de suas atribuições como integrantes do conselho. A atuação se restringe a verificar, esporadicamente, se os alunos recebem merenda escolar. Não há acompanhamento da realização dos processos licitatórios e a própria aprovação da prestação de contas se resume a conferir se há correspondência entre créditos e débitos na conta específica do programa.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama informou que "Os membros do Conselho Escolar participam de reuniões quando convocados pela insigne Secretaria, donde, então, aprovam ou apreciam bem (sic) prestam contas."

Análise do Controle Interno:

O fato de haver a participação em reuniões esporádicas e a aprovação de contas não comprova a atuação desejada de um conselho municipal. Tanto é verdade que os membros nem possuíam conhecimento da existência de um Regimento Interno do conselho de que fazem parte, nem de quais são suas atribuições no controle social. Portanto, constatou-se a existência formal do conselho, todavia, com deficiências de atuação, motivo pelo qual se mantém a constatação.

1.1.2.2. Constatação:

Falta de capacitação dos membros do CAE.

Fato:

Constatou-se que os integrantes do Conselho de Alimentação Escolar de Tupirama do Tocantins não receberam treinamento para o desempenho de suas funções. Nas atas de reunião do conselho há citações esporádicas de conscientização sobre a importância da atuação dos membros, todavia, não foram realizadas capacitações para tal.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama informou que "Aguarda-se a promoção de capacitação e aperfeiçoamento promovida pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura, desde 2010, no (sic) que, até a presente data, não fora procedido. Ressalta-se que para o período firmado dentre 2013 - 2014 estão previstas capacitações intermediadas pelo Município, através do Plano de Ações Articuladas."

Análise do Controle Interno:

O município não encaminhou a esta Controladoria qualquer documento que comprove a solicitação de capacitação dos membros do conselho ao MEC. Além disso, o próprio município poderia ter buscado qualificar seus conselheiros, já que também é sua responsabilidade. Assim, mantém-se a constatação.

1.1.2.3. Constatação:

Infraestrutura insuficiente para o Conselho de Alimentação Escolar desenvolver suas atividades.

Fato:

Em entrevista com alguns dos membros do Conselho de Alimentação Escolar de Tupirama do Tocantins ficou evidenciado que o conselho não possui um local próprio para realização de reuniões ou recepção de cidadãos, nem qualquer outra infraestrutura disponível para realização das atividades. Quando da necessidade de realizar reuniões, solicita o empréstimo de uma sala da Prefeitura.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama informou que "O Município não possui infraestrutura suficiente, sem local próprio destinado aos Conselheiros, porém, com a realização do PAR, estão previstas ações que contemplarão este quesito nos anos vindouros."

Análise do Controle Interno:

A manifestação da Prefeitura corrobora o que foi constatado na fiscalização, mantendo-se a constatação.

1.1.2.4. Constatação:

Inexistência de controle de estoques para o armazenamento dos alimentos.

Fato:

Em vistoria in loco realizada na Creche Municipal Anaídes Brito Miranda foi constatado que não há, por parte da escola, um controle de estoques entre os gêneros alimentícios recebidos e os quantitativos utilizados para preparo das refeições.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04 de dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Tupirama informou que "O controle de estoques dos alimentos é realizado na Secretaria Municipal, através de caderno próprio das merendeiras, contendo cardápio diário. Após o lançamento do cardápio, a funcionária registra, diariamente, na pasta de controle, os alimentos usados e o saldo existente. Ressalta-se que este sistema foi implantado em 2012. No sistema anterior, o controle era realizado pelas merendeiras, através do cardápio diário, enviado pela coordenação do Programa."

Análise do Controle Interno:

Quanto ao controle de estoque de alimentos das escolas, nada impede que a Secretaria Municipal tenha um registro diário do que foi utilizado na escola e dos alimentos disponíveis, todavia, muito mais fácil e eficiente será o registro diretamente nas escolas, já que a alimentação muitas vezes não segue o previsto no cardápio, pela falta de algum produto/alimento específico. Desta forma, é necessário que a escola mantenha um controle de tudo o que foi recebido e dê baixa conforme utiliza esses produtos nas merendas. Assim, mantém-se a constatação.

1.1.2.5. Constatação:

Falta de nutricionista para elaboração e acompanhamento do cardápio da merenda escolar.

Fato:

Por meio de documento datado de 23/10/2012, a Secretária Municipal de Educação informou que o

município não dispõe de profissional Nutricionista e que a responsabilidade pela elaboração dos cardápios fica a cargo da Coordenadora do Programa e de sua equipe, contando com a participação dos alunos, merendeiras, professores e com o apoio técnico da Diretoria Regional de Ensino do Estado.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre o item em questão.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.1.2.6. Constatação:

Edital de licitação sem exigência de apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos.

Fato:

Na análise dos processos licitatórios Pregão Presencial nº 2/2011 e 11/2012, para aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender às necessidades de secretarias do município de Tupirama do Tocantins, verificou-se que não há a exigência de apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos.

Todavia, os dois editais trazem a ressalva de que se o produto não corresponder ao exigido no Edital, a empresa deverá providenciar a substituição, visando o atendimento das especificações, em no máximo 02 dias.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre o item em questão.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.2. PROGRAMA: 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação Fiscalizada	
Ação: 1.2.1. 4014 - CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Objetivo da Ação: Realizar, anualmente, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, por escola, a coleta de informações estatístico-educacionais referentes a matrículas e docência, para subsidiar o planejamento e a gestão da Educação nas esferas governamentais.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215607	Período de Exame: 01/01/2011 a 31/12/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.

Objeto da Fiscalização:

Levantamento detalhado das escolas e do aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

1.2.1.1. Constatação:

O Conselho do FUNDEB não supervisiona o Censo Escolar da Educação Básica.

Fato:

Após análise das atas de reunião e de entrevista com os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), constatou-se que não há acompanhamento do Censo Escolar da Educação Básica. O Conselho é formalmente constituído, todavia, seus integrantes não foram capacitados, não conhecem a legislação do Censo, não possuem instalações físicas para realização de reuniões, nem sabem com propriedade as atribuições de um conselho.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre o item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.2.1.2. Constatação:

Não conformidade no lançamento de dados no Censo Escolar da Educação Básica: Dados dos diários de classe insuficientes para a declaração ao Censo Escolar da Educação Básica.

Fato:

Na realização de fiscalização do Censo Escolar da Educação Básica no município de Tupirama do Tocantins, foi realizada vistoria na Creche Municipal Anaídes Brito Miranda, onde foram verificadas as fichas de matrícula e diários de classe que dão suporte aos dados informados ao Censo. Na referida creche, constatou-se que os diários de classe não possuem informações suficientes, quais sejam: nome completo do aluno, nome completo do docente, turma, turno e campo para preenchimento de deficiências ou condições especiais dos alunos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação, uma vez que a constatação foi incluída posteriormente ao envio do Informativo Prévio ao Prefeito.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/09/2010 a 30/09/2012:

* GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

* PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA

* PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL Objetivo da Ação: Cabe ao Conselho Municipal de Saúde atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social. Para recebimento de recursos federais na área da saúde, os Municípios devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto nº 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216160	Período de Exame: 30/09/2010 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 194.390,00
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).	

2.1.1.1. Constatação:

Elaboração intempestiva do Plano Municipal de Saúde, da Programação Anual de Saúde e do Relatório de Gestão

Fato:

Foi verificado que o Plano Municipal de Saúde de Tupirama - PS, para o período de 2010 a 2013, bem como a Programação Anual de Saúde 2010 - PAS, somente foram elaboradas e encaminhadas para apreciação do Conselho Municipal de Saúde - CMS em 04/01/2011, ou seja, 01 ano após os inícios de suas vigências. Naquela data também foi encaminhada a Programação Anual de Saúde 2011.

Ainda, o Relatório de Gestão 2010 somente foi encaminhado ao CMS em 06/06/2011, e a

Programação Anual de Saúde de 2012 e o Relatório Anual de Gestão 2011 - RAG somente foram elaborados e encaminhados para apreciação do CMS em 04/07/2012.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com os normativos do Ministério da Saúde, especialmente com a Portaria MS/GM nº 2.751/2009, que prevê que o PS e a PAS devem ser elaborados no ano anterior ao de sua vigência, e que o RAG deve ser elaborado e aprovado pelo CMS para ser encaminhado à Comissão Intergestores Bipartite - CIB até 31 de maio do ano seguinte ao que se refere, e, conseqüentemente, demonstra falhas nos processos de planejamento do município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"O atraso se deu em razão de que a capacitação para desenvoltura do aludido plano, se deu nos dias 27 e 28 de setembro de 2010, realizada pela Secretaria estadual de Saúde, no que, doravante, a Diretora de Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde, prorrogara o prazo até 31/01/2011, em atinência a 2010, conforme ofício circular sob nº 003/2010 em anexo. Menciona-se que a programação correlata ao ano de 2011 fora entregue em 04/11/2011, no que resultou o atraso em questão. Menciona-se que a estrutura de pessoal somado ao acervo e exorbitante número de serviços a prestar, fundamenta-se aludido atraso do relatório de gestão 2010, 2011 e a programação 2012."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado, e, neste sentido, não se acata as justificativas apresentadas, uma vez que, independentemente da capacitação, o PS já deveria ter sido elaborado no ano anterior à sua vigência, e, se fosse o caso, poderia ser atualizado. Ainda, não foi apresentado o ofício-circular mencionado, e, de todo modo, verifica-se que o município não utiliza aqueles documentos efetivamente como instrumentos de planejamento.

2.1.1.2. Constatação:

O Conselho Municipal de Saúde não respeita a composição paritária na distribuição das vagas dos conselheiros.

Fato:

De acordo com a Lei Municipal nº 13/97, o Conselho Municipal de Saúde - CMS seria formado por, no mínimo, 05 representantes do Governo Municipal, 03 representantes do SUS, 01 representante dos trabalhadores do SUS, 01 representante dos centros de formações de recursos humanos para a saúde, sendo este definido como representante das escolas, faculdades ou universidades sediadas no Município, e por representantes dos usuários que deveriam corresponder a no mínimo a 50% dos membros do CMS. Assim, de acordo com aquela Lei, o CMS deveria ser formado por, no mínimo, 20 membros titulares, sendo 10 representantes dos usuários e os 10 representantes dos demais seguimentos.

No entanto, foi verificado que a atual composição do CMS não está obedecendo ao previsto naquela Lei Municipal, uma vez que este é composto pelos seguintes membros titulares:

a) 01 representante do Poder Executivo;

- b) 01 representante da Secretaria de Educação;
- c) 01 representante da Secretária Municipal de Saúde;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- e) 01 representante do Legislativo;
- f) 01 representante da Associação do Bom Será;
- g) 01 representante da Escola Estadual Maria da Glória;
- h) 01 representante de Comércios;
- i) 01 representante da Comunidade;
- j) 01 representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; e
- k) 01 representante da Associação dos Moradores - ACOMBANT.

Assim, dos 11 membros titulares, os únicos 04 membros que poderiam ser considerados representantes legítimos dos usuários seriam os representantes da Associação do Bom Será, de Comércios, da Comunidade e da Associação de Moradores. No entanto, foi verificado que os representantes dos usuários são funcionários da Prefeitura, exceto a representante da Comunidade, que é ex-funcionária da Prefeitura e irmã da representante da Associação de Moradores, que também  funcionária municipal. Portanto, os membros do CMS não são legítimos representantes dos usuários e, na prática, o CMS está composto somente por representantes do Governo.

De todo modo, a composição do CMS e sua Lei de criação mostram-se em desacordo com o que dispõe a segunda diretriz da Resolução n 453 de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Segundo essa Resolução, as vagas dos conselheiros deverão obedecer a seguinte composição:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício n 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Com os apontamentos em questão, a administração vigente já promove a retificação correlata."

Análise do Controle Interno:

A justificativa do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado e não justifica nem elide a ocorrência deste. Assim, mantém-se a constatação.

2.1.1.3. Constatação:

O presidente do Conselho Municipal de Saúde não foi eleito por seus membros titulares.

Fato:

Foi verificado que a Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tupirama

foram definidos pelo Decreto nº 18-4/2011 de 04/04/2011, atuando, também, como representantes do Poder Executivo, e que, com a saída da Presidente em março de 2012, o Vice-Presidente assumiu o lugar de Presidente por decisão dos próprios representantes do governo.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com Resolução CNS nº 453, de 10/05/2012, que prevê que o Presidente do Conselho de Saúde deverá ser eleito entre seus membros.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Com os apontamentos em questão, a administração vigente já promove a retificação correlata."

Análise do Controle Interno:

A justificativa do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado e não justifica nem elide a ocorrência deste. Assim, mantém-se a constatação.

2.1.1.4. Constatação:

O governo municipal não garantiu o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, por meio de dotação orçamentária própria.

Fato:

Foi verificado que o Conselho Municipal de Saúde - CMS não possui dotação orçamentária própria, apesar de possuir Secretaria-Executiva e estrutura Administrativa. Assim, a situação mostra-se em desacordo com a Quarta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012, que prevê que o Governo Municipal deverá garantir a autonomia do CMS com dotação orçamentária e autonomia financeira.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Com os apontamentos em questão, a administração vigente já promove a retificação correlata."

Análise do Controle Interno:

A justificativa do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado e não justifica nem elide a ocorrência deste. Assim, mantém-se a constatação.

2.1.1.5. Constatação:

O Plenário do Conselho de Saúde não se reúne, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Fato:

Foi verificado que, no ano de 2011, o Conselho Municipal de Saúde reuniu-se ordinariamente somente nos meses de janeiro, março, abril, junho, agosto e setembro. No ano de 2012, o CMS se reuniu somente nos meses de janeiro, março, abril, maio, julho e setembro. Assim, o CMS se reuniu

somente em 12 dos 21 meses relativos ao período de janeiro/2011 a setembro/2012.

Ainda, foi verificado que as reuniões foram realizadas sem que a maioria de seus membros efetivos e suplentes estivesse presente, bem como que a maioria dos membros não foram frequentemente assíduos às reuniões.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com a Resolução CNS nº 453/2012, que prevê que o Conselho Municipal de Saúde deverá se reunir ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"A norma regimental do Conselho Municipal de Saúde hodierna, qual seja, Lei sob nº 013/1997, no que tange aos seus efeitos, condiz que as sessões ocorrem bimestralmente."

Análise do Controle Interno:

A justificativa do gestor apenas corrobora a existência do fato apresentado e não justifica nem elide a ocorrência deste. Assim, mantém-se a constatação.

2.1.1.6. Constatação:

O Conselho Municipal de Saúde não possui Regimento Interno.

Fato:

Foi verificado que o Conselho Municipal de Saúde de Tupirama não elaborou e aprovou seu Regimento Interno, em desacordo com as determinações da Resolução CNS nº 453/2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.2. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada	
Ação: 2.2.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA Objetivo da Ação: Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.	
Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215841	Período de Exame: 01/01/2012 a 30/09/2012

Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

2.2.1.1. Constatação:

Ausência de realização do curso introdutório pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS.

Fato:

Foi verificado que nenhum dos 05 Agentes Comunitários de Saúde - ACS da Equipe de Saúde da Família de Tupirama realizaram Curso Introdutório para atuação na Equipe do PSF.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com a Portaria MS/GM nº 2.527/2006, que define os conteúdos mínimos do Curso Introdutório para profissionais da Saúde da Família e prevê que o processo de capacitação dos profissionais da Saúde da Família deve iniciar-se concomitantemente ao início dos trabalhos das equipes.

Cabe mencionar que 02 ACS's realizaram o Curso Técnico de Agente de Saúde após o início de suas atividades.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Necessário se faz mencionar que a equipe é subsidiada pela Secretaria Estadual de Saúde e, que os cursos em questão, devem ser ofertados pela aludida Secretaria e, que até então, não foram promovidos. Ainda, informa-se que a Secretaria Municipal de Saúde fará a advocação peculiar."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa do gestor, uma vez que a responsabilidade pela realização do Curso Introdutório é, a priori, do município, e, mesmo havendo obrigações de oferta de cursos de formação e educação pelo ente estadual, o gestor não apresentou nenhuma comprovação de solicitação à Secretaria Estadual de Saúde neste sentido.

2.2.1.2. Constatação:

Falhas na contratação de profissionais Médico e Agentes Comunitários de Saúde.

Fato:

Foi verificado que o atual médico da Equipe do PSF de Tupirama foi contratado por meio de Licitação modalidade Pregão Presencial. Também foi verificado que 03 dos 05 Agentes

Comunitários de Saúde da Equipe do PSF foram contratados por meio de Contrato de Prestação de Serviços, sem a realização de Processo Seletivo Público.

Assim, a situação mostra-se em desacordo com o art. 37 da Constituição, que prevê que a contratação direta de profissional Médico deve se dar por meio de Concurso Público, bem como em desacordo com a Emenda Constitucional nº 51/2006, que prevê a realização de processo seletivo público para a contratação de Agentes Comunitários de Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"A Administração Pública, no que tange suas atribuições, é regida por princípios basilares e, devendo atender todo o ordenamento jurídico vigente. No presente caso, a Administração atendeu ao princípio da continuidade e interesse público, vez que a prestação de saúde deve ser mantida em caráter de essencialidade, mesmo que seja necessária a efetivação de contratos temporários e aprazados, no que, doravante, fora realizado. Inobstante, frisa-se momentaneamente, o Município encontra-se com concurso público em desenvolvimento, para preenchimento de quadro de pessoal, ressaltando que este está sub judice, com suspensão em caráter liminar, deixando, então, aclarado que a Administração deste município não controverteu o ordenamento jurídico vigente, sendo que os cargos-objetos compreendem o concurso mencionado."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa do Gestor, uma vez que mesmo as contratações temporárias devem ser realizadas por meio de Processos Seletivos Públicos, atendendo aos princípios da publicidade, legalidade, moralidade e impessoalidade.

Ainda, a priori, a suspensão do Concurso Público em andamento se deu por entendimento judicial de que havia irregularidades na realização daquele por parte do município e de todo modo não impediria a realização de Processo Seletivo Público para a contratação temporária daqueles profissionais, bem como a adoção de outras medidas pelo próprio município, como a anulação daquele Concurso Público, se cabível.

2.2.1.3. Constatação:

Sobreposição de contratações do profissional Odontólogo do PSF.

Fato:

Foi verificado que o profissional Odontólogo da Equipe do PSF de Tupirama, CNS nº 207289113310001, além do vínculo junto àquela Prefeitura com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 3.585,13, atualmente por meio de cargo efetivo e antes de fevereiro/2012 por meio de contratos de prestação de serviços, também possui vínculo efetivo com a Secretaria Estadual de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração mensal de R\$ 6.470,30, sendo este vínculo estadual cedido ao município de Tupirama desde abril de 2008. No entanto, o servidor cumpre somente 40 horas semanais de trabalho no município, apesar de receber remuneração relativa às 60 horas totais.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"O profissional na área de odontologia, em razão da constatação mencionada, com sua carga horária, fora realizado remanejo, da seguinte forma: das 60 (sessenta) horas investidas no Município, enfoque problemático apontado, foram subtraídas 20 (vinte), restando apenas 40 (quarenta) horas a serem prestadas, regularizando sua prestação de serviço, conforme documentação em anexo. Vale mencionar que no período de 20 (vinte) horas de serviço prestado pelo odontólogo, este laborava em caráter de sobreaviso, qual seja, atendimento de caráter emergencial."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa do gestor, uma vez que não foi apresentado o anexo mencionado. Ainda, não se acata a justificativa de "sobreaviso", uma vez que a UBS do município funciona somente 08 horas por dia, que o servidor não reside no município, mas em Guaraí-TO, e que a realização de trabalho em regime de sobreaviso só se aplica às unidades que possuem atendimento de emergência.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.2.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Objetivo da Ação: Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215540	Período de Exame: 01/06/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 312.290,31
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

2.2.2.1. Constatação:

Condições de armazenagem inadequadas.

Fato:

Em inspeção física realizada na Farmácia Básica localizada dentro da Unidade de Saúde de Tupirama, foi verificado que os medicamentos estão armazenados inadequadamente, uma vez que há infiltrações nas paredes. Ainda, não há guichê para atendimento aos pacientes, sendo necessária abertura constante da porta para a entrada e saída destes, e, portanto, a temperatura não se mantém estável, mesmo com o ar-condicionado ligado.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.2.2.2. Constatação:

Falta de medicamentos.

Fato:

Na análise de 10 receitas médicas retidas na Farmácia Básica de Tupirama, foi verificado que 06 dos 10 pacientes não receberam todos os medicamentos prescritos, sendo os medicamentos faltantes: Crevagin (Miconazol + Tinidazol), Florax pediátrico (Saccharomyces Cerevisiae), Novacort (Betametasona + associações), Ômega A-Z (polivitamínico), Permut (Betametasona + associações), Sigma Clav BD (Amoxicilina + Clavulanato de Potássio), Trok N (Betametasona + associações), e Sinot Clav (Amoxicilina + Clavulanato de Potássio). Cabe ressaltar que somente o medicamento Amoxicilina + Clavulanato de Potássio (Sigma Clav BD e Sinot Clav) faz parte da relação de medicamentos pactuados na CIB (Comissão Intergestores Bipartite).

Também, cabe registrar que, em inspeção física realizada na Farmácia Básica do município, foi constatado que esta não possuía, pelo menos, 83 dos 144 medicamentos pactuados na CIB.

Assim, a situação identificada está em desacordo com a Portaria MS/GM nº 4.217/2010, que definiu em seu Art. 3º, § 4º que "Sem prejuízo da garantia da dispensação dos medicamentos para atendimento dos agravos característicos da Atenção Básica, considerando o perfil epidemiológico local/regional, não é obrigatória a disponibilização de todos os medicamentos relacionados nos Anexos I, II e III pelos Municípios e pelo Distrito Federal", bem como em desacordo com o previsto no § 2º daquela Portaria, que prevê que "além daqueles previstos no Elenco de Referência Nacional e Estadual, os Municípios poderão adquirir outros medicamentos com os recursos desta Portaria, desde que presentes na RENAME 2010, de uso ambulatorial, no âmbito da Atenção Básica".

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Justifica-se que a falta de medicamentos conforme o caso, se dá em razão da insuficiência financeira, estrutura compatível e forma sistêmica-burocrática para tanto. Ademais, firma-se que até então, o município não adquiriu o sistema Horus, que dirime toda a desenvoltura atinente a distribuição, aquisição e descarte de produtos."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa apresentada, uma vez que a aquisição dos medicamentos é financiada pelos entes municipal, estadual e federal e os valores são pactuados pelas Comissões Intergestores, e, de todo modo, não impede a aquisição em valores maiores com recursos municipais. Ainda, cabe ao município adequar suas aquisições de medicamentos conforme o seu perfil epidemiológico local bem como observar os protocolos assistenciais e diretrizes terapêuticas existentes.

2.2.2.3. Constatação:

Descarte de medicamentos básicos vencidos.

Fato:

Foi verificado que, nos últimos 12 meses, a Farmácia Básica de Tupirama descartou os seguintes medicamentos básicos, seguidos de seus valores médios de mercado:

Medicamento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
-------------	------------	----------------	-------------

Sulfametaxazol + Trimetropina Suspensão - frasco	21	R\$ 0,65	R\$ 13,65
Sulfato Ferroso suspensão - frasco	54	R\$ 0,45	R\$ 24,30
Diazepam Injetável - ampola	90	R\$ 0,30	R\$ 27,00
Digoxina 0,25mg - comprimido	394	R\$ 0,02	R\$ 7,88
Fenitoína 100 mg - comprimido	320	R\$ 0,09	R\$ 28,80
Total	879		R\$ 101,63

Assim, a situação mostra-se em desacordo com os normativos do Ministério da Saúde e os recentes Acórdãos do TCU, que preveem que os municípios devem aderir ao sistema HÓRUS ou a outro sistema que disponibilize informações compatíveis com as do sistema do MS, a fim de estabelecer a instituição de controles, preferencialmente informatizados, do fluxo dos medicamentos, desde o momento em que são recebidos dos fornecedores até o momento em que são dispensados para a população, bem como estabelecer a boa gestão nas ações relacionadas à assistência farmacêutica básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Justifica-se que a falta de medicamentos conforme o caso, se dá em razão da insuficiência financeira, estrutura compatível e forma sistêmica-burocrática para tanto. Ademais, firma-se que até então, o município não adquiriu o sistema Horus, que dirime toda a desenvoltura atinente a distribuição, aquisição e descarte de produtos."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa apresentada, uma vez que cabe ao município adequar suas aquisições de medicamentos conforme o seu perfil epidemiológico local bem como observar os protocolos assistenciais e diretrizes terapêuticas existentes.

2.2.2.4. Constatação:

Simulação/Montagem de Processo Licitatório para aquisição de medicamentos.

Fato:

Na análise do Processo nº 08/2012, relativo ao Pregão Presencial por itens nº 08/2012, para aquisição de medicamentos e materiais hospitalares realizado pelo município de Tupirama no valor estimado de R\$ 312.290,31, foi constatada a existência de evidências de simulação de realização de processo licitatório.

Neste sentido, verifica-se que o processo foi autuado em 16/05/2012, e o Aviso de Edital foi publicado no Diário Oficial do Estado em 18/05/2012, para realização da sessão em 31/05/2012.

De acordo com o processo, três empresas apresentaram propostas, sendo as empresas de CNPJ nº 00.545.222/0001-90 - PROFARM Com. de Medicamentos e Material Hospitalar, de CNPJ nº 03.652.030/0001-70 - CENTERMEDI Com. de Produtos Hospitalares LTDA, e de CNPJ nº 08.140.149/0001-88 - GYNMED Dist. Importação e Exportação de Medicamentos LTDA, sendo que cada uma foi vencedora de um conjunto de itens.

Assim, em 04/06/2012 foram firmados os contratos nº 101/2012 no valor de R\$ 87.864,81 com a empresa PROFARM, nº 104/2012 no valor de R\$ 73.604,60 com a empresa CENTERMEDI e nº 102/2012 no valor de R\$ 49.579,56 com a empresa GYNMED.

No entanto, verifica-se que o documento Parecer Prévio Controle Interno assinado pela Chefe do Controle Interno de Tupirama, e o documento Parecer Jurídico assinado pelo Assessor Jurídico do município, que citam nominalmente as empresas vencedoras e os valores de suas propostas vencedoras, constantes das folhas 257 a 259 do processo, são do dia 16/05/2012, ou seja, antes mesmo da publicação do Edital, o que comprova a simulação de realização do Processo Licitatório e da montagem do processo.

Ainda, cabe registrar que a representante da empresa CENTERMEDI e o representante da empresa GYNMED no certame são sócios da empresa CNPJ nº 15.436.996/0001-50 - OTABOL COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. Apesar de não ser expressamente proibida a representação de empresas distintas por representantes associados, a participação dos dois sócios de uma empresa de representação demonstra que não houve concorrência efetiva no certame, uma vez que aquela empresa de representação e seus sócios já teriam conhecimento prévio do valor mínimo a ser ofertado pelas suas representadas, o que também comprova a simulação da realização do processo licitatório.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Anota-se quanto ao procedimento licitatório, em especial, o presente caso, é promovido a minuta de edital e anexos para a Procuradoria e Controle Interno emitir parecer sobre a legalidade do procedimento. Ato contínuo, com os pareceres, é dado continuidade ou não da feitura da licitação. Doravante, lança-se o aviso de edital, publicando-o no Diário Oficial do Estado, como todo seu objeto. Em seguida, aguarda-se a retirada do edital, no que se promove por intermédio de e-mail ou na forma presencial junto a administração deste município. Doravante, aguarda-se a abertura do procedimento. Depois de procedida a abertura, verifica-se a negociação de preços, com apontamento de números que favoreçam a administração pública, lavrando-se a ata atinente, com assinatura dos presentes e comissão de licitação, aguardando-se, então, assinatura do contrato. Em seguida, o processo é encaminhado para a Procuradoria e Controle Interno, para promoção de parecer jurídico e de controle interno. Desta feita, verifica-se que no presente caso, todo o provimento licitatório foi atendido e, em que peso ao apontamento de suposta simulação ou fraude, equivoca-se a eminente Controladoria, em vez revendo os atos cometidos por esta administração, em especial nas datas indicadas a título de fundamentação da aludida simulação, grifa-se que não há em sede deste procedimento esta simulação, e sim, declina-se, erro de digitação do ato de lavratura dos termos. Ressalta-se que, para a promoção de retificação e adimplemento de todo o procedimento licitatório, acosta-se aos autos correlatos certidão de constatação do equívoco cometido. Quanto ao mencionado nos casos de representação empresarial com mesma identidade (CENTERMED e GYNMED), grifa-se que trata de empresas diversas, com personalidades e identificação diferenciadas, contendo Cadastro de Pessoas Jurídicas controversos, não maculando, em nenhum momento, o procedimento com seus atributos e princípios."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa apresentada, uma vez que, mesmo que houvesse erro de digitação nos dois pareceres, a representação de duas empresas distintas por representantes associados frustra o caráter competitivo do certame e demonstra a existência de ajustes entre os licitantes, agravada pelo valor contratado acima das necessidades reais do município, conforme fato constante deste relatório.

2.2.2.5. Constatação:

Quantidade de medicamentos licitados maior que o necessário.

Fato:

Foi verificado que em julho/2011 o município de Tupirama realizou o Convite nº 23/2011 para aquisição de medicamentos e materiais hospitalares a serem utilizados na Unidade de Saúde do município, com valor estimado de R\$ 63.000,00, para o período de 6 meses, que resultou no contrato nº 136/2011, no valor de R\$ 56.028,60. No entanto, o município adquiriu, efetivamente, R\$ 14.575,58 em medicamentos e materiais contratados no período de julho a dezembro/2011, e mais R\$ 13.820,46 de janeiro a maio/2012, totalizando R\$ 28.396,04, ou seja, quase 50% do que foi inicialmente contratado da licitante vencedora. Cabe registrar que, apesar de até maio/2012, o município ter continuado a adquirir medicamentos e materiais da empresa vencedora daquele Convite, não houve a prorrogação formal da vigência do Contrato por meio de Termo Aditivo.

Em maio/2012 o município realizou o Pregão Presencial nº 08/2012, por itens, para a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, no valor orçado de R\$ 312.290,71, para o período de junho a dezembro/2012. Deste certame resultaram os contratos nº 101/2012, nº 102/2012 e nº 104/2012, no valor total de R\$ 211.048,97, valor este quase 09 vezes maior do que o valor que foi efetivamente gasto nos 11 meses anteriores ao certame.

Cabe mencionar que o valor total anual pactuado para aquisição de medicamentos básicos pelo município é de R\$ 13.292,52.

Assim, verifica-se que o município não possui mecanismos de controle e planejamento efetivos sobre a sua real necessidade de medicamentos e materiais hospitalares.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012 de 04/12/2012 o Sr. Prefeito Municipal de Tupirama apresentou a seguinte manifestação:

"Firma-se que até então, o município não adquiriu o sistema Horus, que dirime toda a desenvoltura atinente a distribuição, aquisição e descarte de produtos, o que resultou no problema apontado."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa do gestor, uma vez que, independentemente da utilização daquele sistema, a quantidade contratada é muito superior à necessidade do município, e mesmo com controles manuais é possível se estimar a real necessidade. Assim, mantém-se a constatação.

3. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

- * TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
- * SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
- * FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

3.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
<p>Ação: 3.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)</p> <p>Objetivo da Ação: Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.</p>

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216073	Período de Exame: 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 239.024,00
Objeto da Fiscalização: Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

3.1.1.1. Constatação:

Alunos beneficiários não localizados nas escolas cadastradas.

Fato:

Com o objetivo de apreciar a amostra contendo 30 beneficiários, definida pela Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social, foi planejada uma visita a cada uma das 02 (duas) escolas da amostra. Com o comunicado do fechamento da Escola Municipal Artur Bernardes e da transferência dos alunos para a Estadual de Tempo Integral Maria da Glória, visitamos a escola estadual, abrigo da totalidade da amostra, e identificados 05 (cinco) alunos, representando 16,66% do conteúdo amostral, como não localizados. A direção da escola, quando questionada quanto ao fato, informou que os estudantes solicitaram transferência, no entanto não apresentou a documentação comprobatória do Projeto Presença do Ministério da Educação. A planilha a seguir apresenta o NIS e escola do aluno beneficiário e transferido:

Beneficiários Transferidos

NIS	Escola
20345929343	Escola Estadual de Tempo Integral Maria da Glória
20188761378	Escola Estadual de Tempo Integral Maria da Glória
16511173411	Escola Estadual de Tempo Integral Maria da Glória
16459900575	Escola Estadual de Tempo Integral Maria da Glória
16574008574	Escola Estadual de Tempo Integral Maria da Glória

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.2. PROGRAMA: 2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ação Fiscalizada
<p>Ação: 3.2.1. 2A60 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</p> <p>Objetivo da Ação: Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.</p>

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216274	Período de Exame: 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 94.500,00
<p>Objeto da Fiscalização: CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional</p>	

3.2.1.1. Constatação:

Material de consumo adquirido com recurso do Piso Básico Fixo utilizado em finalidade eventual.

Fato:

Ficou demonstrada, após análise das despesas com recursos do CRAS, aquisições mensais de 50 litros de gasolina, como benefício eventual, a partir de junho/2011, para transporte de adolescente com deficiência mental. Considerando que esse uso de recursos do PBF para o financiamento de benefício assistencial eventual não se enquadra nas previsões do artigo nº 22, da LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993), a equipe de fiscalização considerou essa despesa inelegível. Questionada quanto ao assunto, a Prefeitura Municipal de Tupirama/TO, no Ofício nº 05/2012, de 01/11/2012, da Secretária Municipal de Assistência Social, informou que seria necessária a devolução, sem, no entanto, comprovar o ressarcimento do total dos gastos com o combustível para os exercícios de 2011 e 2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 01 (material adquirido com recurso do PBF), a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“ ... É sabido que há necessidade de devolução. Desta feita, a administração atual procede a devolução dos valores, estes no patamar de R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) – cópia de nota em anexo. Ressalte-se que até então, não fora promovido aludida devolução, no que será desenvolvido ulteriormente. ...”

Análise do Controle Interno:

Atentando para o fato de que o valor de R\$145,00 representa apenas um dos meses de ressarcimento do pagamento da despesa eventual e que nem esse documento comprobatório foi disponibilizado, permanece a falha determinada pela equipe de fiscalização.

3.2.1.2. Constatação:

Contratações diretas não aderentes à Lei de Licitações e Contratos e alterações posteriores.

Fato:

Evidenciou-se, após análise dos procedimentos licitatórios e respectivas contratações, com recursos do CRAS, que, para as contratações diretas, não foram identificadas as hipóteses previstas no artigo 24, e nem observada obediência ao artigo 38, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Verificou-se, portanto, que, sem exceções, para os itens analisados, os procedimentos licitatórios dispensáveis não apresentaram formalização processual, sendo desprovidos da escolha do fornecedor e da respectiva pesquisa de preço. A prefeitura municipal de Tupirama/TO, atendendo a demanda expressa na SF nº 201216274/03, de 30/10/2012, informou, no anexo ao Ofício nº 05/2012, de 05/11/2012, que as aquisições foram feitas de acordo com a Lei nº 8.666/93, pois se tratava de único fornecedor no município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012,, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 02 (contratações diretas), a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“ ...ratifica os termos do of. 05/2012, de 05.11.2012, de nossa lavra. ...”

Análise do Controle Interno:

O Ofício nº 05/2012, de 05/11/2012, da Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO, informava que as aquisições foram feitas de acordo com a Lei nº 8.666/93, pois se tratava de único fornecedor no município. Tendo como base essa afirmativa e a ratificação inserida no Ofício nº 312/2012,, de 04/12/2012, sem a agregação de fatos novos, impõe-se a permanência da impropriedade.

3.2.1.3. Constatação:

Contratações dos profissionais do CRAS não aderentes à Lei de Licitações e Contratos e alterações posteriores.

Fato:

As contratações dos profissionais para o CRAS, nas áreas de psicologia e assistência social, foram, respectivamente, por procedimento licitatório dispensável, e convite/autorização legislativa, sem aderência aos artigos 24, 26 e 38 da Lei de Licitações e Contratos. Perguntado quanto à desobediência à legislação aplicável de licitação, o município, por intermédio do Ofício nº 05/2012, de 01/11/2012, em seu anexo, informou que ocorreram procedimentos licitatórios para as contratações de psicóloga para os exercícios de 2011e 2012. Quanto ao cargo de assistente social, o ofício municipal já mencionado, registra que o cargo foi ocupado em 2011 com a realização de convite e, em 2012, ocorreu uma autorização legislativa municipal.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012,, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 03 (contratações diretas), a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“ ... ratifica as informações já prestadas. ...”

Análise do Controle Interno:

Conquanto a Prefeitura Municipal de Tupirama/To informe a ocorrência de procedimento licitatório dispensável e convite/autorização legislativa, no Ofício nº 05/2012, de 01/11/2012, e a ratifique no Ofício nº 312/2012, de 04/12/2012, não vemos como prosperar a justificativa, pois não foram identificadas aderências aos artigos 24, 26 e 38 da Lei de Licitações e Contratos e nenhum novo dado que altere a decisão da equipe para a manutenção da impropriedade.

3.2.1.4. Constatação:

Pagamento de despesa do CRAS com o recebimento de nota fiscal com prazo de validade fiscal vencido.

Fato:

Foi observada, da documentação relativa aos gastos com recursos do CRAS/Tupirama/TO, uma despesa relativa a um espetáculo circense, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), da empresa emitente da nota fiscal nº 00150, de 15/02/2011, cujo CNPJ é nº 10.220.570/0001-40. Ao ser questionada quanto ao pagamento de nota fiscal de validade vencida, a prefeitura de Tupirama/TO afirmou que a validade da nota fiscal já havia sido prorrogada e que solicitara uma cópia pra a comprovação. Acontece que, até o encerramento deste relatório preliminar, nenhuma documentação comprobatória havia sido encaminhada aos agentes de fiscalização da CGU-R/TO.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 05 (nota com data de validade vencida), a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“ ... Em razão de apontamento de invalidade de nota fiscal, em detrimento de sua validade vencida, colaciona-se a mesma, declinando-se revalidação e autorização para utilização da mesma. ...”

Análise do Controle Interno:

Para que a nota fiscal se consagre como documento fiscal hábil, capaz de assegurar efeitos jurídicos, fiscais e acobertar as aquisições de bens e prestações de serviços, deve-se observar, no mínimo, a exigência quanto ao seu prazo de validade. Conforme verificou-se, a data limite para emissão da nota fiscal de nº000150, de 15/02/2011, da empresa de CNPJ é nº 10.220.570/0001-40, no valor de R\$1.000,00, deveria ser até 31/12/2010, de acordo com o carimbo de validade impresso na nota. Contudo, a emissão da nota fiscal foi no dia 15/02/2011, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias após a data de validade da mesma, caracterizando, no caso em tela, lesão do patrimônio público. Como a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO, por meio do Ofício nº 312/2012, de 04/12/2012, no que concerne à validade da nota fiscal em questão, declinou da revalidação e autorização para utilização da mesma, e sem documento comprovador da prorrogação da validade do bloco da nota fiscal, mantém-se a constatação.

Ação Fiscalizada	
Ação: 3.2.2. 8249 - FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Objetivo da Ação: Os Conselhos têm competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215774	Período de Exame: 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: CMAS Instância de controle social instituída, com infraestrutura adequada para o pleno desempenho de suas atribuições normativas; atuação do CMAS na fiscalização dos serviços, programas/projetos, e nas entidades privadas da assistência social; inscrição das entidades privadas de assistência social.	

3.2.2.1. Constatação:

O CMAS não controla nem acompanha a execução orçamentária e financeira dos recursos da Assistência Social.

Fato:

Por ser uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, cujas competências foram definidas na LOAS e complementadas por legislação específica, deveria, no cumprimento das suas atribuições, como órgão vinculado à política de assistência social, controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos dessa área. No entanto, quando da reunião entre os componentes do CMAS e a equipe de fiscalização, ficou evidente o despreparo da maioria dos conselheiros no que concerne ao conhecimento das suas atribuições legais. Em resposta à SF nº 201215774/02, de 30/10/2012, que questionava o conhecimento das competências dos membros do conselho, a Secretária Municipal de Assistência Social, por meio do Ofício nº 041, de 31/10/2012, informou que os conselheiros conhecem as suas atribuições e desenvolvem ações a contento.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 01, a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“... serão promovidas pela administração do Conselho, atividades de motivação ao exercício do processo cognitivo de seus provimentos...”

Análise do Controle Interno:

Considerando que as respostas oferecidas pela Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO nos ofícios municipais nºs 041 e 312, de, respectivamente, 31/10 e 04/12/2012, são conflitantes, pois, enquanto o primeiro informa que os conselheiros conhecem as suas atribuições e desenvolvem ações a contento, o segundo assevera que serão promovidas atividades de motivação ao exercício do processo cognitivo de seus provimentos, é mantida a constatação.

3.2.2.2. Constatação:

O CMAS não exerce suas atribuições de acompanhamento e fiscalização dos programas/serviços assistenciais.

Fato:

A reunião com integrantes do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Tupirama/TO, em 24/10/2012, e os questionamentos aos conselheiros nela executados, combinada com a apresentação de documentos comprobatórios da criação e atuação do CMAS, demonstrou que existe carência de conhecimento das atribuições pela maioria dos seus membros, comprometendo as atividades de acompanhamento e fiscalização dos programas/serviços assistenciais. O que pôde ser avaliado da reunião com os conselheiros, foi que uns poucos integrantes do conselho, mais esclarecidos, suportam todas as decisões dessa instância social, polarizando a tomada de decisão. Em atendimento à SF nº 201215774/02, de 30/10/2012, a Secretária Municipal de Assistência Social, por meio do Ofício nº 041, de 31/10/2012, informou que os conselheiros conhecem as suas atribuições e desenvolvem ações a contento.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 312/2012,, de 04/12/2012, protocolado na CGU-R/TO em 04/12/2012, no item 3 – Secretaria Municipal de Assistência Social, subitem Constatação 02, a Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO assim manifestou-se:

“... Sopesando, ainda, grifa-se que serão promovidas pela administração do próprio Conselho, atividades de motivação ao exercício do processo cognitivo de seus provimentos. ...”

Análise do Controle Interno:

A Prefeitura Municipal de TUPIRAMA-TO, ao reconhecer a necessidade de promover atividades de motivação ao exercício da função de conselheiro, corrobora o apontamento da equipe de fiscalização da CGU-R/TO quanto à carência de conhecimento das atribuições da maioria dos integrantes do Conselho, sendo esse o motivo para a manutenção da falha identificada.